

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 29 de abril de 2025 - Ata n.º 32.

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Alexandre Curi**, secretariado pelos Sr.ºs Deputados **Gugu Bueno** (1.º Secretário) e **Alisson Wandscheer** (na função de 2.º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **32.ª Sessão Ordinária da 3.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a Sessão Ordinária desta terça-feira. Consulto o 1.º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Gugu Bueno – PSD): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura dos documentos protocolados no Expediente do dia.)

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 250/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 54/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.376; **Ofício n.º 251/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 6/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.377; **Ofício n.º 252/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 710/2024, que foi convertido na Lei

n.º 22.375; **Ofício n.º 253/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 743/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.374; **Ofício n.º 254/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 106/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.373; **Ofício n.º 255/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 534/2022, que foi convertido na Lei n.º 22.378; **Ofício n.º 256/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 82/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.380; **Ofício n.º 257/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 748/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.379; **Ofício n.º 258/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 538/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.381; **Ofícios n.ºs 264/2025 e 272/2025** do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhando autos digitais para ciência e providências.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos ao horário do Pequeno Expediente, primeira oradora inscrita: Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Deputadas, hoje é um dia marcado pelo luto e pela luta dos nossos professores, dos nossos funcionários de escolas, dos nossos servidores públicos do Estado do Paraná. Há dez anos, aconteceu um verdadeiro massacre aqui em frente à Assembleia, quando professores, funcionários de escolas, quando os servidores públicos do Estado do Paraná aqui lutavam para defender, de uma maneira bem especial, que o Governador da época, Beto Richa, não mexesse nos recursos da Previdência. Que a Previdência continuasse com seus recursos simplesmente destinados para os servidores públicos do nosso Estado, que o Governador não tomasse o dinheiro do ParanaPrevidência para pagar contas do Estado. Infelizmente, naquele dia, o Governador autorizou que a Polícia realmente atacasse com bombas, com gás, atacasse os servidores públicos do nosso Estado que se encontravam aqui em frente à Assembleia, aqui na Praça Nossa Senhora de Saete – professores que estavam aqui reivindicando melhorias para a educação pública do nosso Estado. Esse dia é marcado, então, pelo luto, porque

foram muitos os professores, os funcionários de escolas que ficaram machucados. Foram mais de 200 pessoas que foram para os hospitais, para os prontos-socorros. Foram mais de 200 pessoas que precisaram ser atendidas em um pronto-atendimento. Infelizmente isso marca o dia como um dia muito triste. Ficou o 29 de abril como o dia marcado pela luta do servidor público do nosso Estado, um dia marcado como o dia do ataque à educação pública do Estado do Paraná. Hoje, dez anos, os professores, os servidores públicos, os funcionários de escolas continuam na luta. O dia, o ataque que aconteceu a todos os professores e funcionários de escolas não fez com que os funcionários e professores se assustassem e se acomodassem. Ao contrário, continuam na luta e tiraram esse dia como um dia de luta em defesa da educação pública do nosso Estado. Por isso, o dia de hoje é, inclusive, um dia em que os professores e os servidores do Estado celebram como um dia de defesa da valorização dos professores e funcionários de escolas, onde o tema é: *Meu trabalho tem valor*. E, por ter valor é que estão hoje nas ruas defendendo data base, defendendo condições de trabalho digno nas escolas, defendendo que o Governo não privatize, não terceirize a educação do nosso Estado do Paraná. Sempre em defesa da educação pública e de qualidade, mas também buscando a valorização desse trabalho que os professores fazem, que os funcionários de escolas fazem, que é a formação de todos os nossos alunos, de todas as nossas crianças, adolescentes, dos nossos jovens preparando-os para o futuro. E muitas e muitas vezes esse trabalho não é valorizado. Então, por isso que o dia de hoje é um dia sim marcado pela luta. Marcado pelo luto, pelo que aconteceu no dia 29 de abril de 2015, há dez anos, mas também é um dia que fica como o dia de luta em defesa de todos os servidores públicos do Estado do Paraná, mas, em especial, em defesa da educação pública, em defesa dos professores e funcionários de escolas. É nesse sentido que quero aqui me somar a essa manifestação que ocorre hoje. Temos muitos professores que estão se reunindo neste momento na Praça Tiradentes, que virão até aqui à Assembleia Legislativa em caminhada e que vão aqui... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputada, um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): ... que vão aqui reforçar as suas reivindicações, que é a defesa da educação, que é o respeito ao professor, que não leva bombas, que não leva armas, mas sim leva livros, leva um giz e forma o cidadão. Por isso, fica aqui o nosso respeito, a nossa solidariedade a todos os professores e funcionários de escolas. Fica aqui a nossa gratidão por tudo o que esses fazem em defesa da educação pública do nosso Estado do Paraná. Por isso, reforçamos, principalmente, neste momento que o Governo respeite, atenda as reivindicações dos nossos professores e funcionários de escolas e, principalmente, respeite a data base dos servidores públicos do Estado do Paraná. Muito obrigada, Sr. Presidente.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem,* Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Deputado Alexandre Curi e demais Deputados e Deputadas, queria comunicar à Casa que vou me ausentar da Sessão, em função de que foi mudado o horário da Sessão das 14h30 para as 9 horas, e tenho que falar em nome da Frente Parlamentar Municipalista no Congresso da Emupar – Encontro dos Municípios do Paraná, que está sendo realizado pela Associação dos Municípios do Estado do Paraná. Falarei, obviamente, sobre a nossa Frente Parlamentar Municipalista e sobre outros temas. Então, peço a V.Ex.^a que me permita a minha ausência em função, justamente, desse compromisso às 10h30min. E, claro, participar da abertura agora do evento e, ao mesmo tempo cumprimentar a Assembleia Legislativa por ser parceira dos municípios na realização desse evento e V.Ex.^a, inclusive, participará. Indiscutivelmente o horário da Sessão acabou coincidindo com o horário da abertura do evento que... obviamente, por conta das questões, das

decisões tomadas pela Mesa Diretora. Mas é isso, peço licença para me ausentar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Devidamente registrada a sua ausência, Deputado Romanelli. Com a palavra, Deputada Márcia Huçulak.

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): Bom dia, Sr.^s Deputados e Deputadas, nossa Mesa. Venho aqui à tribuna muito breve hoje fazer um tributo a um paranaense de Curitiba que ontem, final da tarde, faleceu no Rio de Janeiro, Doutor Marco Aurélio Krieger. Era um pesquisador, Vice-Presidente da nossa Fundação Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro – ele faleceu no Rio de Janeiro, o corpo está sendo transladado hoje para Curitiba. Completaria 61 anos no próximo domingo, dia 4. De uma família tradicional da nossa cidade de Curitiba, sobrinho do nosso Ex-Governador Jaime Lerner, da nossa saudosa Fani Lerner, sua mãe Ester Proveller e seu pai Henrique. Krieger foi diretor-adjunto, participou de vários eventos, era Vice-Presidente da nossa Fundação Oswaldo Cruz desde 2017 e teve uma função importante trazendo para o Paraná várias experiências da Fundação Oswaldo Cruz, especialmente na coordenação do nosso Instituto de Biologia Molecular do Paraná, que foi fundamental durante a pandemia, com todo desenvolvimento da tecnologia para diagnóstico rápido da covid e outras doenças. Tem atuado agora também no enfrentamento à dengue, com várias tecnologias sendo desenvolvidas. Foi muito importante também nessa aliança com o IBMP, contribuindo de forma definitiva para que essa unidade se instalasse em nosso Estado. Autor de muitas publicações científicas e incluindo seis patentes na área de desenvolvimento na área de saúde, foi referência em temas de imunização e um dos cientistas que atuou fortemente para a produção das vacinas no nosso País, as vacinas contra a covid. Era um entusiasta da inovação tecnológica e estava empenhado em incorporar novas vacinas, fármacos e produtos ao nosso Sistema Único de Saúde. Foi na sua gestão como Vice-Presidente da Fiocruz que tornou mais robusto o fomento nas pesquisas inovadoras e estratégias para a saúde pública do nosso País. E trabalhou até seus últimos dias, apesar do câncer que o acometia, em um projeto de desenvolvimento da plataforma de RNA

mensageiro e foi responsável para trazer para o Brasil o *CAR-T cell*, que é uma terapia celular para a Fiocruz, que tem grande potencial no desenvolvimento de tratamento de cânceres e doenças raras. Então, deixo aqui nesta tribuna, hoje, as nossas homenagens a esse paranaense e curitibano que nos deixou e que deu uma grande contribuição à ciência do nosso País. Que descanse em paz e meus sentimentos a toda família por essa grande perda, não só para sua família, mas para a ciência do nosso Brasil. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente: Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Sr. Presidente, colegas Deputadas, Deputados e a todos que nos acompanham aqui na *TV Assembleia*, primeiramente quero fazer aqui um agradecimento ao Governo do Estado, Governador Ratinho Junior; ao Chefe da Casa Civil, o Ortega; ao Líder do Governo, Hussein Bakri; e ao Secretário de Educação. Todo mundo sabe a minha luta aqui, que não é de hoje, contra esse experimento que é a vacina da covid, que, conforme relatos e estudos médicos, tem trazido muito mal à população mundial. Infelizmente muita gente não se informa, não estuda e continua aí com a cabeça em 2021, não sabe o que está acontecendo de lá para cá. Tem um estudo da própria Pfizer que mostra o que essa vacina tem feito, faz e pode fazer. Estudo da própria Pfizer. E eu tinha pedido... Começou uma campanha de vacinação nas escolas aqui, Secretaria da Saúde junto com a Secretaria de Educação, o que sou totalmente favorável. As vacinas tradicionais são muito importantes. Porém, esse experimento da covid sabemos que não resolve nada, ou, pior, leva a graves efeitos colaterais e óbitos. Eu fiz um pedido à Secretaria da Saúde, em novembro, para que me apresente a relação de pessoas que tiveram morte súbita após a covid com idade até 22 anos. A informação que temos, a nível nacional, é que aumentou mais de 200%. Até hoje não recebi a informação, estou aguardando o Secretário de Saúde, Beto Preto, informar. Não sei por que tanta demora para informar, qual é o medo de informar? Agradeço aqui o Deputado Hussein Bakri, ligou para ele na minha frente e cobrou e, até o momento, não sei se está faltando

calculadora para fazer a conta. Mas reforço aqui o pedido, Deputado Hussein, que, por favor, que a Secretaria atenda o nosso pedido para que não tenhamos que convocar o Secretário aqui nesta Casa. Mas o meu agradecimento ao Governo é que, nessa campanha de vacinação nas escolas, o documento que o pai podia autorizar a vacina vinha lá *“Autorizo vacinar meu filho”*, e não vinha especificada qual vacina! Isso aí não tem cabimento! Como é que um pai vai autorizar dar vacina e não sabe qual vacina. Tem criança que tem alergia a algum tipo de vacina, então era um risco muito grande, o que atrapalhava a campanha de vacinação. E o Governo entendeu também da mesma maneira e alterou o documento. E colocou que o novo documento, que vou divulgar aqui, o pai vai autorizar e vem lá: *“Autorizo vacinação do meu filho ou da minha filha nessa instituição de ensino, sendo elas: influenza, HPV, febre amarela, covid e demais vacinas faltantes os pais ou responsáveis deverão solicitar”*. Agora está correto, o pai vai saber, *“Ó, essa aqui eu autorizo, essa não autorizo”*. Perfeito. Vai ajudar muito a campanha que estava sendo prejudicada porque a maioria dos pais não querem dar o experimento da covid. Agradeço muito ao Governo do Estado do Paraná que atendeu este meu pedido. Quero também dizer que fiz aqui, protocolei um registro de envio de menção de congratulações e aplausos com menção honrosa à Débora Rodrigues dos Santos, com expedição de certificado. A Débora é aquela que foi condenada a 14 anos porque usou um batom e pintou lá em frente ao STF *“Perdeu mané”*. Usou a frase do Ministro Barroso, frase que o Ministro Barroso usou em Nova Iorque, frase que malandro usa, que bandido usa: *“Perdeu mané”*. Essa é a frase que o Ministro da Suprema Corte acha bonito e falou. E quando a Débora, que é uma cabeleireira, foi lá no dia 8 e pichou na estátua, escreveu com batom que no dia seguinte limparam, não tem mais nada... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Obrigado. O nosso Brasil que vive um estado de exceção nessa ditadura do Judiciário, achou por bem condená-la a 14 anos de prisão. Enquanto traficantes são liberados, enquanto um ex-presidiário

que roubou o Brasil é Presidente, hoje; enquanto o Zé Dirceu, condenado a mais de 20, está em liberdade; o Sérgio Cabral, do Rio de Janeiro, preso, condenado a 400 anos, está em liberdade fazendo *live*. Esse é o Brasil do PT, a vergonha desse Partido que, realmente, o partido das trevas, o partido mais corrupto do nosso Brasil. Esse é o Brasil de hoje. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Com a palavra o Deputado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): Quero cumprimentar o Ex.^{mo} Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cumprimento o Líder do Governo, o Líder da Oposição, caros colegas Deputados Estaduais e a imprensa livre que nos assiste. E cumprimento você, cidadão de bem, cidadão honesto que me assiste através da *TV Assembleia*. O Brasil vive, efetivamente, tempos difíceis. Informações que temos de Brasília é que o Senador Davi Alcolumbre está negociando com o Supremo Tribunal Federal um projeto de lei para modificar os crimes que foram imputados às pessoas que foram protestar no dia 8 de janeiro. O que tem de errado na frase que eu aqui trouxe, senhores? Ministros do Supremo Tribunal Federal fazendo política. A política tem que ser feita pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo. Já imaginaram, senhores, aqui, na Assembleia Legislativa, desembargadores vindo aqui conversar sobre projetos de lei? Isso é uma vergonha. Então, o Senador Davi Alcolumbre que está tentando evitar que o Projeto de Lei da Anistia tenha seu trâmite natural, faz o quê? Busca, junto ao Supremo Tribunal Federal, segundo a imprensa, com apoio do Ministro Alexandre de Moraes – que hoje não é mais ministro, ele faz parte do Executivo, faz parte do Legislativo, faz parte de um poder que suprime os outros poderes. A tripartição dos poderes de Montesquieu foi rasgada, picotada; a obra *O espírito das leis*, não existe no Brasil. Voltamos à idade média, senhores, com um ministro do Supremo Tribunal Federal negociando projetos de lei que vão ao encontro do seu objetivo, que é diminuir as penas do dia 8 de janeiro, por causa do absurdo que foi a aplicação no caso concreto, porque eram pessoas inocentes, pessoas que foram protestar, pessoas cuja conduta não foi individualizada, não

consta no processo o que cada um fez. Imaginem, senhores, um crime praticado aqui dentro, agora, no Plenário desta Assembleia Legislativa e que o delegado indiciie todos por esse crime, por não haver câmeras de segurança. Aliás, câmeras que o Sr. Flavio Dino deixou o prazo de 30 dias passar e perdeu as imagens. É uma vergonha a situação que vivemos no nosso País. O Senador Davi Alcolumbre está indo na contramão da direção correta. Vamos apoiar o Projeto de Anistia, não queremos um projeto de lei que diminua as penas. Não! Muito pelo contrário, porque quem efetivamente tentar derrubar o Estado Democrático de Direito precisa, sim, de penas rigorosas. Agora, pessoas que vão protestar não podem ter essa mesma consequência. Vejam o exemplo desta Casa Legislativa: o Deputado Renato Freitas invadiu a Assembleia Legislativa, sentou na cadeira da Presidência, vidros foram quebrados, dois policiais foram machucados e não vi nenhuma busca e apreensão, não vi o indiciamento, não vi nenhuma consequência para o Deputado Renato Freitas. Pergunto, o Código Penal, que vigora em Brasília, é diferente do Código Penal, que vigora aqui? Não. É o Decreto-Lei n.º 2.848, de 1940, que é o Código Penal, com a reforma da Lei n.º 7.209, de 1984, é o mesmo conjunto de regras. Então, o *pau que bate em Chico*, *‘deveria’ bater em Francisco*. Por isso, a situação envolvendo o Senador Davi Alcolumbre é insustentável. Não podemos aceitar esse projeto de lei que está sendo negociado por um Ministro do Supremo Tribunal Federal. Isso é um absurdo! Vai contra todas as instituições e vai contra a democracia. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próximo oradora inscrita: Deputada Ana Júlia.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Bom dia, Deputados, Deputadas, todos que acompanham esta Sessão. Dia 29 de abril faz 10 anos do massacre do Centro Cívico. Hoje é um dia triste para a educação pública paranaense. Um dia para lembrarmos e jamais esquecermos o que aconteceu com aqueles que defendem a educação pública no Estado do Paraná, com aqueles que estão todos os dias, dentro de sala de aula, educando os jovens paranaenses. Infelizmente, o

massacre contra a educação aos nossos professores não acabou. Se o Governo Beto Richa lá atrás bateu de forma escancarada e foi para violência física, hoje, o Governo Ratinho Junior massacra a educação de forma silenciosa. A democracia escolar não existe mais: mal se tem eleição para diretores – inclusive, cada vez mais cresce o número de diretores, interventores, dentro das escolas –; desconto em folha em dia de paralisação; plataformização que suga os estudantes. Todos aqueles que conhecem o chão da escola pública, que conversam com os estudantes da escola pública, sabem que essas plataformas, em nada estão ajudando no processo de ensino e aprendizado, assim como atrapalham a autonomia do professor dentro de sala de aula e em nada ajudam no processo de formação dos nossos estudantes. A militarização cresce, a privatização cresce e cada vez mais se vê uma tentativa de apagamento da educação pública paranaense. Uma tentativa de silenciar esta educação pública e de não se ter mais uma formação emancipadora para os nossos estudantes. É um dia para se lembrar, um dia de resistência da educação pública, porque, afinal de contas, a escola pública não se vende, ela se defende todos os dias. Com o tempo que me resta, eu gostaria de trazer aos demais Deputados, sobre um assunto que muito debati nesse último mês, que foi sobre o meu Requerimento de pedido de afastamento do Deputado Ricardo Arruda da Comissão de Constituição e Justiça por três faltas consecutivas. Fiz o Requerimento, o Deputado Arruda respondeu e impugnei. Agora, o prazo para manifestação da Presidência da Casa se encerra no dia 30, quarta-feira. Nos termos do despacho da Diretoria Legislativa, aguarda-se para análise conclusiva. Tenho certeza, que a Presidência irá responder. Quero lembrar que, pelo rito do processo, não se cabe mais manifestações do Deputado Ricardo Arruda, como também não se cabe mais manifestações da minha parte, dentro desse processo. Todas as provas, todos os atos, todos os fatos que deveriam ser provados e colocados no processo já foram abordados e, por isso, que agora se aguarda uma decisão. Coloco aqui a importância do cumprimento do regimento dessa Casa. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos ao horário da Liderança do Governo, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Presidente, colegas, até nem iria falar hoje, para poupar vocês de escutar a minha voz – tem dia que nem eu aguento minha voz mais, de tanto que falo. Quero, respeitosamente, divergir da minha colega, Deputada Ana Júlia, que tenho um carinho enorme por ela. Quando ela trata do 29, tem o meu respeito, entendemos. Mas quando ela traz os resquícios do 29 para agora, tenho que discordar de forma peremptória, violenta. Por que será que o Paraná tem a melhor educação do Brasil, a número um? Por que será? Tem alguma coisa que conspirou a favor disso? Alguém ganha um prêmio desse, nacional – é o Ministério que define –, por quê? Porque o Ratinho Junior é alto, bonito ou porque o Roni é simpático? Não. Capacidade de trabalho, competência, dedicação, empenho. Falha tem, claro que tem. Quem não tem falha? Olha o *Pé-de-Meia* do Governo Federal, que é um belíssimo projeto, mas que tem cidades com mais beneficiados do que o número de alunos. Quem explica isso para nós? Mas é um belo projeto, tenho que *tirar o chapéu* porque beneficia alunos que merecem. Agora, vou criticar o projeto só porque deu erro? Não. Temos que ver as coisas boas também. O Paraná é um Estado que tem, Deputada Marcia, três refeições por período. Qual estado que tem isso, três refeições? Agora alguém vai me dizer que isso não reflete, não reflete no aprendizado. Você acha que um menino, Deputado Gugu, que chega sem comer lá vai aprender igual a um outro que está bem nutrido? Não vai. Então, é preciso valorizar. O Paraná investe muito. O Paraná está investindo muito em tecnologia. Os nossos alunos têm *chromebook*, *notebook*, enfim, tudo o que é necessário e mais, agora, o Governador vai lançar dentro de alguns dias, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, um projeto que prevê convênio com os municípios. Vamos dar *chromebook*, *notebook*, para as escolas municipais também, que é uma coisa fantástica para os nossos alunos. Quero também dizer a vocês que se combate muito os colégios cívico-militares e militares. Gente, é democrático o processo. Votamos aqui e quem escolhe é a comunidade, quem não quer não escolhe. Tem cidade como União da Vitória – que é a minha cidade, em que moro boa parte do meu tempo –, temos colégio militar, temos colégio integral, temos colégio técnico e colégio normal e cada cidadão tem direito de escolher aquilo que ele quer. Então, só faço essa defesa

aqui. Quero também dizer que hoje, na Ordem do Dia, temos algumas alterações, do Projeto que criou o Fundo de Calamidades, não é? Trata-se apenas de um ajuste para o repasse do recurso e também alguns outros projetos importantes. O mais importante que quero destacar aqui é a concessão do Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Desembargador Federal Fernando Quadros da Silva. Desembargador, Sr. Deputado Líder da Oposição, Arilson, de União da Vitória. O Desembargador Fernando Quadros alçou esse posto com o seu trabalho, com a sua luta e hoje é Presidente do TRF-4. Um cidadão de União da Vitória que muito nos honra lá, honra o Paraná. Queria pedir a todos os colegas, independente de sigla partidária, que todos pudessemos dar esse voto a ele, que por coincidência – apenas por uma coincidência – ele é pai da nossa Diretora aqui desta Casa, que é a Dr.^a Isabel, que é muito competente, que há muitos anos está aqui conosco. Então, eu peço esse voto favorável.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Pela Liderança da Oposição, Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Dez anos completa hoje uma das tragédias mais graves aos educadores, aos estudantes do povo do Paraná. Há dez anos, agressões físicas, violência, em cima de um protesto que reivindicava direitos, bombas, balas de borracha, gás de pimenta, mais de 200 feridos, uma vergonha para a página da História do Paraná, de um Governo que na época usou a educação como alvo de suas políticas. O que estava em jogo naquela época? O Governo queria mexer no fundo da aposentadoria para cobrir rombos de suas contas, e os servidores foram reivindicar os seus direitos. E já no acumulado de direitos trabalhistas não feitos, houve um protesto grande, de grande tamanho, e o Governo usou de grande violência usando cerca 1 mil e 600 policiais. E aqui nos cabe entender algumas coisas, Deputado Maurício, primeira lição delas: na época, o Legislativo se curvava ao Palácio. Quando o Parlamento se ajoelha, quem sofre é povo. Um Parlamento de verdade tem que ser independente, altivo. Mesmo feridos, os servidores, os professores não recuaram, e viraram um símbolo de memória à resistência; quem tem memória luta para não repetir os mesmos erros.

Mas a nova forma de ataque à educação no Estado do Paraná não usa, por enquanto, a agressão física, mas ela é diluída em um monte de barbaridades. Primeiro, quero discordar do Líder do Governo quando fala que o Ideb do Paraná é o melhor do Brasil. Na verdade não é isso, não ocorre isso, o que ocorre aqui é que a educação do Governador Carlos Massa Ratinho Junior acha que a educação é tudo massa. Aprovação em massa, plataformização em massa, abono de faltas em massa, retirada de aluno que está com dificuldade de aprendizado em massa, e vai para o *Recupera Paraná*. Ou seja, é um Ideb que não corresponde com a realidade. Mais do que isso: tem os servidores da educação, tem a escola que foi privatizada, tem problemas sérios de compreensão do papel da educação no Governo. Mas hoje é dia de resistirmos e mostrar que estamos juntos com os professores, com os educadores, com os estudantes, por uma educação pública mais ampla, mais inclusiva, e que receba os recursos e tenha autonomia no gerenciamento dos mesmos em suas escolas. É importante demais que nós construamos esse debate sobre a educação e que essa data – que infelizmente foi uma tragédia – vire, sim, símbolo de resistência, de luta, e de cada vez reafirmarmos as nossas pautas. Um Governo digital na educação somente, sem essência, sem pessoas, sem a vida acadêmica, é um Governo que, no curto prazo, pode ter bons resultados, mas no longo prazo vai deixar sequelas muito grandes à população paranaense. Não tenho dúvida que, logo em breve, vamos ouvir falar muito sobre a educação do Paraná, mas não de forma positiva, por conta dos retrocessos que chegarão e ficarão públicos nesse processo como um todo. Então, hoje celebramos um momento para sempre refletirmos da importância de o Parlamento estar fortalecido e de apoio aos servidores da educação e a valorização dos seus profissionais.

Deputado Requião Filho (PT): Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Requião Filho.

Deputado Requião Filho (PT): Acho que, da Oposição aqui, os Deputados que estavam naquele dia, hoje, sou eu e o Deputado Lemos. Eu estava lá fora, respirei

o gás de pimenta, vi as bombas estourarem, vi aquilo tudo acontecer desde o início, desde a primeira ocupação da Assembleia. E o que me assusta, Deputado Arilson, é que o desmonte, o ataque à educação continua sim. Mas me assusta entrar nesta Casa hoje – a Casa que teoricamente é do povo – e, por haver hoje programada uma manifestação de professores aqui na Praça Nossa Senhora da Salete, a quantidade de viaturas do Choque que foi requisitada para estar dentro desta Casa beira o ridículo. É ofensivo a mim, como Deputado, ver este Poder com tamanha covardia. Professores, Deputado Arilson, professores, e nós tiramos das ruas de Curitiba e dos Batalhões de Polícia inúmeras viaturas, inúmeros policiais do Choque. Eu não consigo entender de onde vem tanta covardia e tanto medo em um Poder. São resquícios de outra era, que eu espero que um dia não estejam mais nessa Casa.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Muito bem, Deputado Maurício. Na minha avaliação, também soa como intimidadora a forma que foi colocada hoje a segurança em tanto excesso aí na frente. Acho que fica aqui esse registro de todos nós da Oposição, que tem oito Deputados aqui, em defesa à classe trabalhadora da educação, ao serviço público da educação, aos estudantes e a todos nós. Viva a educação do Paraná. Resistir e lutar sempre pelo avanço.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Doutor Antenor (PT), Doutor

Leonidas (CDN), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Jairo Tamura (PL), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Maria Victória (PP), Marcio Pacheco (PSD), Márcia Huçulak (PSD), Marli Paulino (SD), Nelson Justus (UNIÃO) Paulo Gomes da TV (PP), Professor Lemos (PT), Requião Filho, Renato Freitas (PT), Ricardo Arruda (PL), Reichembach (PSD), Samuel Dantas (SD), Tercílio Turini (PSD), e Thiago Buhner (UNIÃO) (44 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa: Ney Leprevost (UNIÃO) (Req. 0866 - Art. 97, § 3º, IV do Regimento Interno), Soldado Adriano José (PP) (Req. 0912 - Art. 97, § 4º, do Regimento Interno), Denian Couto (PODE) (Req. 0913 - Art. 97, § 3º, IV do Regimento Interno), Gilson de Souza (PL) (Req. 0915 - Art. 97, § 4º, do Regimento Interno), Alexandre Amaro (REP) (Req. 0917 - Art. 97, § 4º, do Regimento Interno) Cloara Pinheiro (PSD) (Req. 0918 - Art. 97, § 3º, IV do Regimento Interno), Marcelo Rangel (PSD) (Req. 0921 - Art. 97, § 3º, VI do Regimento Interno), Anibelli Neto (MDB) (Req. 0923 - Art. 97, § 3º, IV do Regimento Interno), Moacyr Fadel (PSD) (Req. 0924 - Art. 97, § 3º, IV do Regimento Interno) (9 Parlamentares) Deputados ausentes sem justificativa: Matheus Vermelho (UNIÃO) (1 Parlamentar).]

Projeto regulamente protocolado pelos Senhores Deputados.

Projeto de Lei: (Com apoioamento e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 262/2025**, dos Deputados Artagão Júnior, Batatinha, Bazana, Delegado Jacovós, Delegado Tito Barichello, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Márcio Pacheco, Professor Lemos, Requião Filho, Jairo Tamura e Dr. Leônidas, que dispõe sobre a cooperação entre o Estado do Paraná e os municípios para o fortalecimento das Guardas Municipais, por meio da transferência de recursos financeiros e bens móveis, e dá outras providências.

Passamos aos Itens da pauta.

Temos seis Redações Finais.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 11/2024, de autoria do Deputado Soldado Adriano José, que inclui no Calendário Oficial do Estado do Paraná o Festival de Música, Poesia e Concurso Literário de Contos de Paranavaí – FEMUP.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 652/2024, de autoria do Deputado Batatinha, que concede o título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Senhora Rozane Maria Molin Pitol.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 722/2024, de autoria do Deputado Gilson de Souza, que concede o título de utilidade pública à Casa de Recuperação Amor à Vida, com sede no município de Campina Grande do Sul.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 158/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 20/2025, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação e a transferência do trecho rodoviário que especifica ao município de Pinhal de São Bento.

ITEM 5 – Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 3/2025, de autoria da Comissão Executiva, que homologa o Decreto do Poder Executivo n.º 9.371, que altera o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

ITEM 6 – Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 5/2025, de autoria da Comissão Executiva, que homologa o Decreto do Poder Executivo n.º 9.542, que altera o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

Não foram apresentadas Emendas de Redação. **Está dispensada a votação.**

ITEM 7 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 621/2024, de autoria da Deputada Marli Paulino, que institui a “Semana de Incentivo à Participação da Mulher no Processo Eleitoral”, no âmbito do Estado do Paraná, e dá providências correlatas. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Esta Presidência agradece a presença do Vereador de Paraíso do Norte, Sr. Jaime, por solicitação da Deputada Maria Victoria.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Aos Deputados e Deputadas que ainda não votaram, o voto é “*sim*”.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Deputado Jacovós vota “*sim*”. Por razão de ordem administrativa, não está aparecendo aqui para mim a possibilidade de voto.

DEPUTADO JAIRO TAMURA (PL): Senhor Presidente, Jairo Tamura vota “*sim*”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Colegas que ainda não votaram, o voto é “*sim*”, está baixo o quórum.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação:
[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Nelson Justus, Paulo Gomes, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Tercílio Turini e Thiago

Buhrer (35 Deputados); Não Votaram: Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Denian Couto, Fabio Oliveira, Gilson de Souza, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Marcelo Rangel, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Professor Lemos, Renato Freitas, Samuel Dantas e Soldado Adriano José (19 Deputados).] Com 35 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 621/2024.**

ITEM 8 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 182/2025, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Ofício n.º 564/2025, que altera o Anexo X da Lei n.º 16.748, de 29 de dezembro de 2010, que reestrutura os Quadros de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná e as carreiras de seus servidores. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alisson Wandscheer, Arilson Chiorato, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (33 Deputados); **Votou Não:** Renato Freitas (1 Deputado); **Não Votaram:** Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Ana Julia, Anibelli Neto, Artagão Junior, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Denian Couto, Fabio Oliveira, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Marcelo Rangel, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Reichembach, Samuel Dantas e Soldado Adriano

José (20 Deputados).] Com 33 votos favoráveis e 1 voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 182/2025.**

ITEM 9 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 227/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 27/2025, que altera a Lei n.º 11.362, de 12 de abril de 1996, que dispõe sobre o funcionamento do Sistema Estadual de Assistência Social, institui a Conferência Estadual de Assistência Social e o Fundo Estadual de Assistência Social. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Havia um **Requerimento n.º 905/2025**, do Deputado Arilson Chiorato, requerendo a retirada do Projeto de Lei n.º 227/2025 da Ordem do Dia de 29 de abril de 2025, por 2 Sessões. **Foi retirado pelo autor.** Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Para encaminhar, Presidente.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Ah, desculpe-me.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Sem problemas. Presidente...

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para discutir, Deputado Arilson?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Isso. Vamos votar contra o Projeto de Lei, já votamos em 1.º Turno. Esclarecer que este é o mais importante Conselho que aprova e fiscaliza a assistência social no Paraná e que assessora os Conselhos Municipais. Após a aprovação de um Anteprojeto de Lei do Conselho Estadual, entidades da sociedade civil apontaram que o texto foi alterado e foram incluídos artigos que restringem ou diminuem as principais competências do Conselho. Como o projeto original vem do Conselho Estadual e também tem pontos positivos, caso seja alterado com a aprovação de nossa emenda ou alteração dos artigos, poderemos votar a favor. E solicitamos atenção especial do Governo e da Liderança do Governo para buscar um entendimento com as

reivindicações com essa entidade de assistência social, conforme já falamos, Deputado Hussein. Primeiro o voto é “*não*” e, corrigindo com a emenda, o voto vai ser “*sim*”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Olha, quero manifestar a nossa posição aqui. Fizemos um acordo e o Deputado retirou o Requerimento porque não temos pressa para votar este Projeto. A nossa ideia é deixar pular a CCJ na semana que vem e oferecer a oportunidade de discutir com mais... Só fui pego de surpresa com o voto contrário. Sou sincero com o Deputado Arilson! Mas, tudo bem, não vou fugir do que combinamos, vou respeitar o voto contrário da Oposição. Este Projeto é importante, tem uma função social fundamental e peço para todos os Deputados que compõem a nossa base o voto “*sim*”. Nós votamos “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Colegas que ainda não votaram...

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como votam a Deputada Maria Victoria, o Deputado Marcio Pacheco, o Deputado Fabio Oliveira e o Deputado Dr. Antenor? Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Ademair Luiz Traiano, Adão Litro, Alisson Wandscheer, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Nelson Justus, Paulo Gomes, Reichembach, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhner (32 Deputados); **Votaram Não:** Ana Julia, Arilson Chiorato, Dr. Antenor, Goura, Luciana Rafagnin, Professor Lemos, Renato Freitas e Requião Filho (8 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Denian Couto, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Luiz Claudio Romanelli, Marcelo Rangel, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost e Soldado Adriano José (14 Deputados).] Com 32 votos favoráveis e 8 votos contrários, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 227/2025.**

ITEM 10 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 228/2025, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Ofício n.º 664/2025, que altera a Lei n.º 21.811, de 13 de dezembro de 2023, e estabelece outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queria discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Nelson Justus.

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): Enquanto votamos, queria registrar hoje o aniversário de Guaratuba, 254 anos. E quero crer que, no ano que vem, nesta mesma data, estaremos inaugurando a nossa tão esperada ponte. Então, as nossas homenagens à nossa Guaratuba hoje. Obrigado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Colegas que ainda não votaram, peço a gentileza.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como votam a Deputada Mabel Canto, o Deputado Marcio Pacheco, o Deputado Nelson Justus e o Deputado Paulo Gomes? Deputada Fabio Oliveira, como vota? Deputado Alisson Wandscheer?

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Enquanto o pessoal vota, gostaria só de justificar o meu voto “*não*”, porque estamos criando mais cargos no Judiciário e só para lembrar que o Governo do Estado do Paraná gastou mais dinheiro com o Judiciário, com o Ministério Público e a Defensoria do que com saúde e educação

neste ano. Então, só para justificar o meu voto contrário, porque estamos criando mais cargos, é mais pedido de repasse extra, é mais dinheiro que falta para o resto do povo do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: *[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhner (37 Deputados); Votou Não: Renato Freitas (1 Deputado); Não Votaram: Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Denian Couto, Fabio Oliveira, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Luiz Claudio Romanelli, Marcelo Rangel, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Requião Filho e Soldado Adriano José (16 Deputados).]* Com 37 votos favoráveis e 1 voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 228/2025.**

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): *Pela ordem*, Presidente. Só quero justificar, achei que o senhor iria dar tempo. Esses cargos estão dentro do orçamento do Tribunal de Justiça. Isso é óbvio!

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD):

ITEM 11 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 454/2024, de autoria da Deputada Cristina Silvestri, que concede o título de Cidadã Benemerita do Estado do Paraná a Denise Stoklos. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pessoal, alguns colegas não votaram ainda.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como votam o Deputado Cobra Repórter, o Deputado Mauro Moraes e o Deputado Renato Freitas? Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhner (39 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Denian Couto, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Luiz Claudio Romanelli, Marcelo Rangel, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Renato Freitas e Soldado Adriano José (15 Deputados).] Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 454/2024.**

ITEM 12 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 71/2025, de autoria do Deputado Goura, que concede o título de utilidade pública à Associação Cura em Flor, com sede no município de Apucarana. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Não havendo quem quera discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): “Sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação:
[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Ana Julia, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Nelson Justus, Paulo Gomes, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (34 Deputados); Não Votaram: Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Batatinha, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Denian Couto, Dr. Antenor, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcelo Rangel, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Professor Lemos e Soldado Adriano José (20 Deputados).] Com 34 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 71/2025.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 899/2025, da Deputada Maria Victória, solicitando o envio de expediente ao Presidente da Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar), Sr. Jorge Lange, e ao Presidente da Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB), Sr. André Baú, no sentido de buscar dados sobre a situação dos cadastros e dos projetos da COHAPAR e da COHAB no Estado do Paraná e no

município de Curitiba; **Requerimento n.º 900/2025**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado para fins de elaboração de instrumentos legais (Projeto de Lei e Decreto Estadual) para fins de: a) garantir aos integrantes da carreira de gente de segurança socioeducativo, a adequação do tempo de início para o recebimento do adicional por tempo de serviço; b) exigência do curso superior para ingresso na carreira; c) previsão e implantação do regime de escala no modelo 24/72; **Requerimento n.º 907/2025**, dos Deputados Requião Filho, Ana Júlia, Renato Freitas, Luciana Rafagnin e Professor Lemos, solicitando o registro e o envio de Moção de Repúdio ao Projeto de Lei n.º 733/2025, que tramita na Câmara dos Deputados.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 901/2025**, do Deputado Goura, requerendo o arquivamento do Projeto de Lei n.º 196/2025; **Requerimento n.º 902/2025**, das Deputadas Marli Paulino e Cristina Silvestri, requerendo a inclusão da Deputada Cristina Silvestri como coautora do Projeto de Lei n.º 644/2024; **Requerimento n.º 903/2025**, da Deputada Luciana Rafagnin, requerendo a indicação de membros do Bloco PT/PDT para a Comissão Especial da Reforma à Constituição - PEC 3/2024, tendo sido o Deputado Renato Freitas como membro titular e o Deputado Doutor Antenor como membro suplente; **Requerimento n.º 906/2025**, do Deputado Tercílio Turini, requerendo a inclusão das assinaturas dos membros da Comissão Executiva no diploma de menção honrosa do Requerimento protocolado sob o n.º 772/2025.

Justificativas de ausências.

Deferidos conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 908/2025**, do Deputado Matheus Vermelho, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 2 de abril de 2025.

Deferidos conforme o art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 909/2025**, do Deputado Soldado Adriano José, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 7 de abril de 2025; **Requerimento n.º 910/2025**, do Deputado Soldado Adriano José, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 22 de abril de 2025; **Requerimento n.º 911/2025**, do Deputado Soldado Adriano José, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 23 de abril de 2025.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando outra para a sequência, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 454/2024, 621/2024, 71/2025 e 182/2025; 2.º Turno dos Projetos de Lei n.ºs 227/2025 e 228/2025; 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 226/2025; e Turno Único dos Projetos de Lei n.ºs 288/2024, 456/2024 e 117/2025.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 9h56, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)